



PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24318/26
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

ASSUNTO: Julgamento de Impugnação ao Edital

I – RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada por **JL SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026, especificamente quanto à exigência constante no item 11.5.2, alínea “b”, do Termo de Referência, que prevê a apresentação de “licenciamento ambiental do veículo de transporte junto à SEMA”.

A impugnante sustenta que tal exigência não possui respaldo na legislação ambiental vigente, uma vez que o licenciamento ambiental incide sobre atividades e empreendimentos, e não sobre veículos individualmente considerados.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, a impugnação é meio legítima de controle da legalidade dos atos convocatórios, devendo ser analisada à luz dos princípios que regem as contratações públicas, notadamente os da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade.

No caso em análise, verifica-se que a exigência editalícia de “licenciamento ambiental do veículo” não encontra amparo no ordenamento jurídico.

A Resolução CONAMA nº 237/1997 estabelece que o licenciamento ambiental é procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou

www.varzeagrande.mt.gov.br

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700



empreendimentos, não havendo previsão legal para licenciamento ambiental de bens móveis isolados, como veículos.

No mesmo sentido, a legislação estadual aplicável não contempla a emissão de licença ambiental individualizada para veículos de transporte, limitando-se às licenças ambientais clássicas (LP, LI e LO), vinculadas à atividade econômica.

Dessa forma, a exigência constante no edital:

- não possui previsão legal ou normativa;
- configura exigência impossível de cumprimento;
- restringe indevidamente a competitividade do certame;
- e viola o princípio da legalidade, ao inovar no ordenamento jurídico sem respaldo legal.

A Administração Pública não pode exigir dos licitantes documentos inexistentes ou não previstos na legislação, sob pena de nulidade do certame.

Ressalta-se, contudo, que a regularidade ambiental da atividade permanece sendo requisito legítimo, devendo ser exigida por meio de instrumentos juridicamente adequados, como a Licença de Operação (LO), quando aplicável.

III – DECISÃO

Diante do exposto, no exercício das atribuições conferidas pela Lei nº 14.133/2021, DECIDO PELO ACOLHIMENTO INTEGRAL DA IMPUGNAÇÃO, pelos fundamentos acima expostos, para:

1. DECLARAR a ilegalidade da exigência prevista no item 11.5.2, alínea “b”, do Termo de Referência, por ausência de previsão legal para licenciamento ambiental de veículos;
2. DETERMINAR a EXCLUSÃO da referida exigência do edital;
3. DETERMINAR a ADEQUAÇÃO do instrumento convocatório, de modo que a comprovação de regularidade ambiental se dê por meios



PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

legalmente previstos, especialmente mediante apresentação de Licença de Operação (LO) da atividade da licitante, quando aplicável;

4. DETERMINAR a REPUBLICAÇÃO do edital, com a reabertura do prazo inicialmente estabelecido, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a alteração impacta diretamente a habilitação dos licitantes.

Várzea Grande/MT, 13 de abril de 2026.

ASSINADO NO ORIGINAL
LANDOLFO LAZARO VILELA GARCIA
PREGOEIRO

www.varzeagrande.mt.gov.br

Av. Castelo Branco – Paço Municipal, nº 2.500 – Várzea Grande/MT – Brasil – CEP: 78.125-700

